

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Hora de pacificar

Militares, hoje, estão dispostos a baixar totalmente a suspeição sobre as Forças Armadas como um todo. A calma, porém, será temporária se a pacificação não for geral, ou seja, os militares consideram que quem participou de quebra-quebra deve ser punido e que fardados da ativa em movimentos políticos também precisam receber uma punição. Porém, é preciso que, da parte do PT e de Lula, também seja hasteada a bandeira branca.

Desça do palanque

Políticos que acompanharam as últimas declarações do presidente Lula consideram que, assim como a oposição, o presidente da República precisa ser mais comedido nas declarações sobre economia. O diagnóstico da crise que o país vive está posto desde a campanha. A hora é de começar a apresentar soluções, caminhar para o centro e, assim, buscar a governabilidade. Bater na independência do Banco Central e no mercado financeiro não trará crescimento econômico nem recursos para ajudar os mais pobres.

Uma coisa e outra coisa

Os deputados já separaram os atos terroristas das negociações com o governo. Em conversas reservadas, muitos dizem que os responsáveis pela depreciação de 8 de janeiro já estão sob investigação/punição. Com a democracia assegurada, agora a negociação volta ao leito normal e não cabe ao governo misturar esses temas.

Me inclua fora dessa

Ao dizer que a minuta de decreto deve ser desconsiderada por ser um documento apócrifo, a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro trabalha para tentar blindar o ex-chefe de Anderson Torres. A avaliação é que, se não tem assinatura, não pode ser atribuída a uma vontade do ex-presidente nem algo arquitetado por ele. O inferno de Bolsonaro nos tribunais, porém, está só começando.

Uma ajudinha e um problema

Os congressistas aliados ao governo estão com a impressão de que o presidente Lula seguiu as nomeações de segundo escalão para dar um “empurrãozinho” na reeleição de Rodrigo Pacheco para presidente do Senado. Hoje, há o risco real de um bloco com PL, PP e Republicanos no Senado em prol da candidatura de Rogério Marinho (PL-RN), um ponto de partida de 25 parlamentares. Essa base de Marinho pode chegar a 35 votos, incluindo aqueles que, embora tenham legendas aliadas ao governo, querem um perfil mais opositor no comando da Casa, e/ou estão dispostos a seguir para o PL, de olho em recursos financeiros para a eleição de 2026. A acolhida a esses senadores, aliás, será o foco do presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, nos 11 dias que faltam para a instalação da

nova Legislatura e a eleição das duas Mesas Diretoras (Câmara e Senado). Se esse cenário se confirmar, o Senado voltará ser o ponto nevrálgico para Lula, como foi em 2010, quando o governo Lula 2 perdeu a CPME.

» » »

Na equipe de Lula, há quem diga que essas nomeações só sairão, de fato, depois do carnaval, entre março e abril. Na semana que vem, o governo apresenta seu organograma. Feito isso, virá a pesquisa sobre os indicados, algo que a burocracia exige e que leva, em média, 30 dias. Feito esse “pente fino”, aí sim, começarão as nomeações, que devem coincidir com a época em que o governo terá ideia do tamanho da base que o apoiará.



CURTIDAS



José Cruz/Agência Brasil

O ponto de equilíbrio/ O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (foto), é visto como um dos alicerces do governo Lula 3. Foi ele quem, em 8 de janeiro, evitou que houvesse uma intervenção total no Distrito Federal. Disse que era preciso focar no problema, que estava na segurança, e não o governo local como um todo.

Veja bem/ Davi Alcolumbre vendeu ao Planalto que seu alcance de votos vai muito além do União Brasil. As contas da turma de Rogério Marinho indicam que, mesmo no papel de ex-presidente da Casa, Alcolumbre terá apenas dois votos na bancada da sua própria legenda.

Guerra de titãs/ Rogério Marinho tem Valdemar da Costa Neto em seu trabalho. Rodrigo Pacheco tem Gilberto Kassab e Alcolumbre na busca de votos nos partidos conservadores e de centro.

“Airbnb”/ Assim, os políticos do PT estão chamando as instalações ocupadas nesses dias pelo ex-ministro da Justiça, Anderson Torres. Prisão com tevê, frigobar e microondas há tempos não se via.

JUSTIÇA ELEITORAL/ Denúncia de partidos ligados à candidatura de Lula à Presidência diz que Bolsonaro utilizou ilegalmente o Alvorada e o Planalto em sua campanha pela reeleição, para promover encontros com artistas e políticos

TSE investiga uso de palácios

» VICTOR CORREIA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aceitou ontem a abertura de uma ação de investigação judicial eleitoral contra o ex-presidente Jair Bolsonaro por ter promovido atos de campanha nas dependências do Palácio do Planalto e do Palácio da Alvorada. Na avaliação do relator, ministro e corregedor geral da Justiça Eleitoral, Benedito Gonçalves, eventos realizados nos prédios públicos por Bolsonaro com governadores e cantores sertanejos serviram para alavancar sua candidatura — o que não é permitido pela legislação eleitoral.

A ação foi acatada pela Corte após pedido da Coligação Brasil da Esperança — que abrigou a candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva —, formada por PT, PV, PCdoB, PSol, Rede, PSB, Solidariedade, Avante, Agir e Pros. A petição pede também a responsabilização do general Walter Souza Braga Netto, candidato a vice na chapa de Bolsonaro.

“A autora alega, em síntese,

que Jair Bolsonaro, ao utilizar os palácios como ‘palco de encontro’ com governadores, deputados federais e celebridades, valeu-se ‘de todo o aparato mobiliário do prédio público, bem como sua condição de atual presidente da República, para trazer publicidade aos seus apoios’, desvirtuando, assim, a finalidade daqueles bens, com o objetivo de alavancar sua candidatura”, escreveu Gonçalves em sua decisão.

Os advogados da Coligação Brasil da Esperança citam que, após o primeiro turno do pleito, foram promovidos seis eventos nos dois palácios. Em 6 de outubro, Bolsonaro encontrou-se com os governadores de Roraima, de Goiás, do Acre, de Mato Grosso, de Rondônia e do Amazonas, além de parlamentares. Em 17 de outubro, houve um almoço com artistas e cantores sertanejos no Alvorada. Além disso, em quatro ocasiões diferentes na campanha do segundo turno, o então candidato à reeleição encontrou-se com os governadores reeleitos Romeu Zema (MG), Cláudio

ED ALVES/CB/D.A.Press



Na campanha pelo 2º mandato, presidente recebeu apoio de cantores sertanejos no Palácio da Alvorada

Castro (RJ), Ibaneis Rocha (DF) e Ratinho Junior (PR).

De acordo com a denúncia, “em todas essas ocasiões, foram concedidas entrevistas coletivas, nas quais os políticos e artistas

declararam apoio à reeleição de Jair Messias Bolsonaro, o que afasta a ideia de que as reuniões tenham sido realizadas para tratar de assuntos privativos do cargo de presidente da República”.

Segundo o ministro Benedito Gonçalves, a lei veda que bens móveis ou imóveis da Presidência sejam usados para beneficiar o candidato à reeleição, mas prevê exceções para comportar a rotina

do mandatário, como reuniões para tratar de sua própria campanha internamente e encontros sem “caráter de ato público”.

Para Gonçalves, “extrai-se do material analisado que espaços tradicionalmente usados para a realização de coletivas pelo presidente da República, no desempenho de sua função de chefe de Estado, serviram de palco para a realização de atos ostensivos de campanha, nos quais se buscou projetar uma imagem de força política da candidatura de Jair Bolsonaro, que se evidenciaria nas alianças com governadores que alcançaram mais de 50% dos votos em seus estados já no primeiro turno e na expressividade de sua base de apoio no Congresso”. Anexadas à petição estavam reportagens sobre os eventos, com detalhes das entrevistas coletivas e das declarações de apoio ao candidato à reeleição.

Com mais essa denúncia, já foram abertas 16 ações de investigação judicial eleitoral contra Bolsonaro. Caso condenado em alguma delas, ele pode ficar oito anos inelegível.

DIPLOMACIA

País muda embaixador na ONU

» ÁNDREA MALCHER

O Ministério das Relações Exteriores escolheu o embaixador Sérgio Danese para ser o novo representante do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, nos Estados Unidos. Ele substituiu o diplomata Ronaldo Costa Filho, que está na função desde 2019,

indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A escolha do novo nome ainda passará por análise no Senado.

Danese é o atual embaixador do país no Peru. Ele já foi secretário-geral das Relações Exteriores entre 2015 e 2016, e chefe das embaixadas brasileiras na Argélia (2005 a 2009), na Argentina (2016 a 2020) e na África do Sul (2021).

Sérgio Danese se tornou ministro de primeira classe do Itamaraty em 2008 e já chefiou o Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores.

A mudança faz parte da intenção do governo de reposicionar a imagem do Brasil nas Nações Unidas. Tradicionalmente, o país é responsável pelo primeiro discurso do ano na Assembleia

Edy Amaro/Esp. CB/D.A.Press



Missão de Danese é reconstruir a imagem do Brasil na entidade

Geral da ONU. Além disso, o país ocupa um assento não permanente no Conselho de Segurança, com um mandato que se encerra este ano, e reivindica há anos a permanência no grupo. No governo Bolsonaro, a política externa foi alvo de muitas críticas da comunidade diplomática.

A principal polêmica envolvendo o ex-representante Ronaldo Costa Filho foi a decisão do Brasil de abster-se na votação que condenou a Rússia pela invasão à Ucrânia. Ele chegou

a afirmar que, embora não fosse “razoável supor que populações em áreas de conflito possam expressar livremente sua vontade”, avaliou que o texto apresentado pelos EUA e Albânia rejeitando “referendos ilegais” russos (para justificar a invasão) não favorecia negociações de paz entre os países envolvidos no conflito. Posição esta que ele mesmo reviu, contrariando Bolsonaro, que defendia a “neutralidade” brasileira na guerra.